

PORTUGAL
PRECISA DA ESCOLA
A ESCOLA **PRECISA**
DOS PROFESSORES

A PROPÓSITO DAS PUBLICAÇÕES ENVIADAS PELO SPN

spninformação
a Página
da educação

CONSULTA AOS SÓCIOS

São notórias as crescentes dificuldades com que a generalidade dos portugueses se debatem, fruto do agravamento de uma política de austeridade com forte incidência na eliminação de direitos adquiridos.

Os sucessivos cortes de salários, subsídios e pensões, e os seus reflexos nas vidas pessoais, não deixam imunes as instituições, sobretudo as que vivem da quotização dos seus associados. E sendo a classe docente fortemente penalizada, o SPN não escapa, naturalmente, ao flagelo austeritário.

O SPN está consciente da mais-valia que representa para os associados a receção de três publicações periódicas: **SPN-Informação** (órgão oficial do sindicato), **A Página da Educação** (especializada em questões de educação e ensino, cultura e políticas sociais) e **JF** (jornal oficial da Fenprof).

No entanto, quer porque as crescentes dificuldades financeiras têm obrigado a sucessivas reduções orçamentais (também ao nível da informação distribuída), quer porque vários sócios já manifestaram preferência por receber as publicações por via eletrónica (nomeadamente, nos casos em que para a mesma morada são enviados mais do que um exemplar), quer ainda por razões ambientais (impressão de dezenas de milhares de revistas), **a Direção decidiu auscultar os sócios sobre a possibilidade de receção eletrónica da SPN-Informação e/ou d'A Página da Educação. Para o efeito, solicitamos que preencham e submetam o formulário disponível em www.spn.pt/consultaonline, agradecendo desde já a participação de todos.**

Porto, 22 de novembro de 2013
A Direção do SPN

spninformação

Diretora Manuela Mendonça · **Editor** António Baldaia

Conselho de Redação Abel Macedo, Henrique Borges, José Domingues, José Manuel Costa, Rogério Ribeiro, Teresa Medina

Colaborador Permanente José Paulo Oliveira

Design Gráfico Ana Alvim · **Foto da Capa** Pormenor de escultura de Cildo Meireles · **Impressão** Multipto, S.A.

Propriedade Sindicato dos Professores do Norte (SPN) · **Redação e Administração** Rua D. Manuel II, 51/C - 3º - 4050-345 Porto · Tel.: 226 070 500 · Fax: 226 070 595/6

E-mail spninfo@spn.pt · **Site** <http://www.spn.pt>

Tiragem média 15.000 exemplares · **Registo no ICS** 109963 · **Depósito legal n.º** 238855/06 · **Distribuição gratuita aos sócios do SPN**

Os artigos assinados não refletem, necessariamente, as opiniões e os critérios da Direção do SPN.



Manuela Mendonça
Coordenadora do SPN



1. Num plenário recente, colegas contratados e desempregados falavam das sucessivas medidas governativas que têm vindo a retirar-lhes qualquer perspectiva de futuro, tentando agora impedir-lhes já não o acesso à carreira mas a simples possibilidade de concorrer. Falavam da humilhação e do vexame que a chamada ‘prova de avaliação de conhecimentos e capacidades’ (PACC) representa para docentes profissionalizados, com formação científica e pedagógica e todos os requisitos definidos pela Lei de Bases do Sistema Educativo. Falavam da declaração de Nuno Crato, que consideravam ofensiva, de que “nenhum professor qualificado tem que ter algum receio desta prova”. Falavam dos anos de serviço avaliados com *Bom, Muito Bom ou Excelente*, prestados numa profissão onde já ingressaram há muito, apesar de continuarem sem qualquer vínculo ao MEC – facto que levou a Comissão Europeia a instar Portugal a rever as condições de emprego dos professores que trabalham nas escolas públicas com contratos a termo, pondo fim ao tratamento discriminatório de que têm sido alvo.

Mas esta PACC não é um vexame apenas para os nela diretamente envolvidos. É um ultraje para a dignidade profissional de todos os professores, que desta forma veem publicamente posta em causa a qualidade da sua formação inicial e das instituições que a ministram e desvalorizada a sua experiência profissional. Por isso deve merecer de todos os professores e educadores o mais vivo repúdio. Uma resposta inequívoca passará também pelos docentes dos quadros que venham a ser chamados para vigilância ou correção. Em várias escolas, os professores têm vindo a aprovar posições em que assumem coletivamente que não viabilizarão a prova, porque – como afirmam os da Escola Secundária Francisco de Holanda (Guimarães) – “essa tarefa se afasta quer de qualquer enquadramento legal ou funcional da profissão de professor, quer de um mínimo de dignidade e deontologia profissionais.”

2. No dia 26 de novembro, a Assembleia da República deverá ter aprovado o Orçamento de Estado para 2014. Trata-se de mais um OE marcado pela austeridade, com cortes de 4,2 mil milhões de euros, maioritariamente em salários e pensões. O impacto económico e social desta opção política está à vista, como lembra José Castro Caldas na página 15 desta edição: “por cada euro tirado ao défice, o resultado foi 1,25 euros retirados ao PIB e 8,76 euros aumentados à dívida. Mais de 10% dos empregos foram destruídos. Só em 2011 e 2012, segundo o Instituto Nacional de Estatística, 222 mil pessoas tiveram de abandonar temporária ou permanentemente o país.”

Destruir emprego e reduzir salários e pensões na Administração Pública são medidas que se enquadram numa ofensiva contra os serviços públicos, visando debilitá-los primeiro e desmantelá-los depois, abrindo caminho à sua privatização. Ao apostar na mercantilização da Educação, da Saúde e da Segurança Social, que deixam de ser vistas como direitos e se transformam em áreas de negócio, o designado guião da reforma do Estado torna mais clara essa estratégia.

Na Educação, o Governo pretende avançar com o cheque-ensino, com um novo ciclo de contratos de associação e com a criação de “escolas independentes”, promovendo lógicas de mercado e favorecendo o ensino privado. Nesta linha, a proposta de OE’2014 acentua o desinvestimento na educação pública – redução de 8,8% na Educação Pré-Escolar e nos ensinos Básico e Secundário e de 7,6% no Ensino Superior e Ciência – ao mesmo tempo que aumenta o financiamento público aos privados (mais cerca de dois milhões de euros para contratos de associação e 19,4 milhões para o cheque-ensino).

É imperioso travar este caminho. O dinheiro dos nossos impostos deve servir para garantir uma educação pública de qualidade para todos – da pré-escolar à superior – e não para alimentar negócios privados. Os interesses dos grandes grupos económicos e financeiros não podem continuar à frente da vida e da dignidade das pessoas.

3. Foi com profunda tristeza que no início deste ano letivo vimos partir a Fernanda Vasconcelos, camarada e amiga que deu muitos anos da sua vida ao sindicalismo docente e de quem todos guardamos uma grata memória. Não esqueceremos a sua dedicação e generosidade, nem a disponibilidade e competência com que sempre atendia às múltiplas solicitações dos sócios e dos camaradas da Direção. A morte transporta consigo a ausência física. Mas o contributo de uma vida ao SPN e às suas causas permanece vivo e ficará para sempre na nossa memória coletiva.





AOS PROFESSORES E EDUCADORES

Como consequência dos sucessivos cortes na Educação, o ano letivo **2013/2014 regista um acentuado agravamento das condições de exercício da profissão docente e um progressivo desgaste e compreensível descontentamento** entre os professores e educadores.

Neste contexto de dificuldades, aprofunda-se um sentimento de desânimo, descrença, e mesmo revolta, que, por vezes, **tende a fazer esquecer o que os docentes conseguiram com as lutas que travaram**, nomeadamente a que teve lugar no final do ano letivo passado – um processo exemplar, que merece ser lembrado não apenas pelos resultados conseguidos, mas também pela dinâmica reivindicativa que, em unidade e solidariedade, os educadores e professores foram capazes de construir escola a escola.

A este respeito, importa sublinhar que **na base da luta que travámos em junho de 2013 estiveram duas questões essenciais para todos os setores de ensino**: a mobilidade especial e o aumento do horário de trabalho para 40 horas semanais.

O que conseguimos – não sendo tudo o que desejávamos, porque pretendíamos que estas medidas não se aplicassem aos professores – não foi despendendo: **não haverá professores na mobilidade especial antes de fevereiro de 2015** (na restante Administração Pública, a medida está a ser aplicada desde agosto) **e o aumento de 35 para 40 horas faz-se integralmente na componente individual de trabalho** – se incidisse na componente letiva, ainda que de forma proporcional, o impacto sobre o emprego docente teria sido ainda mais devastador e a sobrecarga de trabalho ainda mais pesada.

No âmbito desse processo negocial, e por insistência da Federação Nacional dos Professores (Fenprof), outras questões acabaram por estar em cima da mesa, designadamente a definição das **atividades docentes desenvolvidas diretamente com os alunos, que deviam ser consideradas letivas para efeito de distribuição de serviço**. Esta e outras reivindicações acabaram, a custo, por ser atendidas pelo Ministério da Educação e Ciência (MEC) no final do processo – tal como consta da ata negocial – e deveriam ter tido tradução no quadro legal da organização do ano letivo, o que não aconteceu relativamente a alguns pontos da ata. Perante isso, **a Fenprof apresentou uma queixa contra o MEC na Procura-**

doria-Geral da República, estando a decorrer o processo de audição das partes.

Os professores e educadores têm muitas razões para estarem descontentes, porque **são inúmeros os problemas que hoje afetam a profissão docente**:

- aumento do desemprego e da precariedade;
- alterações curriculares avulsas;
- excessivo número de alunos por turma e de turmas/níveis/cursos/anos de escolaridade por professor;
- aumento do horário de trabalho, decorrente da integração de inúmeros apoios, coadjuvações e outras atividades com alunos na componente não letiva ou da eliminação do intervalo da componente letiva (1º Ciclo);
- deslocações frequentes entre escolas dos mega-agrupamentos;
- número cada vez maior de docentes em mobilidade interna;
- graves injustiças nas colocações;
- imposição da Prova de Avaliação de Conhecimentos e Capacidades;
- alteração das condições de aposentação ...

Neste contexto, podemos lamentar ou até recriminar os sindicatos por aquilo de que não são responsáveis. Ou, à semelhança do que fizemos no final do ano letivo passado, podemos **mobilizar, reforçar a nossa capacidade reivindicativa e desenvolver o combate necessário** contra as políticas que têm vindo a atentar fortemente contra a Educação, a Escola Pública e a profissão docente. O tempo é de juntar forças e, em unidade e com determinação, **exigir respeito pela profissão, condições de trabalho dignas, o fim de alterações avulsas no sistema de ensino, o reforço do financiamento da Educação e uma Escola Pública de qualidade, universal e inclusiva.**

Não será fácil. Mas, com esforço coletivo e decidido, tem de ser possível! O SPN está comprometido com este combate e conta com todos os sócios para o levar a bom porto.

A Direção do SPN

Precariedade e desemprego. Com o objetivo de denunciar a situação vivida por milhares de docentes, a Fenprof promoveu no Porto (26 de setembro) uma iniciativa a que chamou (I) *MURAL da Precariedade e Desemprego* e que se traduziu na afixação de currículos profissionais de professores num mural concebido para o efeito: habilitações, tempo de serviço, escolas percorridas, cargos desempenhados e avaliação de desempenho, foram os elementos divulgados junto da opinião pública, para que fique claro que os profissionais que o MEC se prepara para dispensar através de uma prova, pretensamente de avaliação de conhecimentos, são devidamente qualificados. A participação e os testemunhos de quem vive um momento tão difícil fazem-nos reafirmar que é urgente combater esta política e que a solidariedade tem de ter significado – do quadro, contratados ou desempregados, somos todos professores e temos de assumir todos juntos a defesa da profissão!



Henrique Borges

A PACC em suspensão. A Fenprof e os sindicatos que a constituem entregaram nos tribunais de Lisboa, Porto, Coimbra e Faro providências cautelares no sentido de ser suspensa a aplicação da Prova de Avaliação de Conhecimentos e Capacidades (PACC). Situação que se verificava aquando do fecho desta edição, numa altura em que o MEC ainda não tinha apresentado recurso. Entretanto, no dia 5 de novembro, a Fenprof entregou na Assembleia da República uma petição aos deputados para que desenvolvam iniciativas no sentido da revogação urgente da prova. Além da Presidência da AR, a Fenprof reuniu com os grupos parlamentares, exceto com o PSD, que não encontrou disponibilidade... No mesmo dia, a Federação foi recebida pelo MEC, também para entrega da petição – “curiosamente”, à mesma hora era publicado o despacho que estabelece o calendário da prova e os montantes que o MEC se prepara para extorquir aos professores. Já no dia 22, a Fenprof lançou um “Guia Anti-Prova”, disponível nos sites da Federação e dos sindicatos.



1ºCEB protestou junto ao MEC. Professores do 1º Ciclo do Ensino Básico de todo o país (incluindo dirigentes do SPN) concentraram-se em frente ao Ministério da Educação e Ciência para protestar simbolicamente contra o aumento do horário letivo e entregar à tutela exemplos de horários de trabalho que constituem verdadeiros absurdos pedagógicos e laborais. Recorde-se que o MEC deixou de financiar uma hora semanal das Atividades de Enriquecimento Curricular e, a pretexto da reorganização do setor, levou as escolas a aumentarem os horários dos docentes em 2,5 horas por semana. Com esta medida, o MEC não visa nenhuma melhoria da qualidade do ensino/aprendizagem, mas tão-só reduzir a contratação de docentes nas AEC e obrigar os professores a assumirem tarefas que não correspondem ao conteúdo funcional da sua profissão.



Ensino Artístico. O Ensino Artístico é lecionado há largos anos com reconhecida qualidade em escolas públicas – conservatórios de música e de dança e escolas especializadas António Arroio e Soares dos Reis – por docentes especializados e, na sua maioria, com formação profissional para a docência, muitos deles em situação contratual extremamente precária e aguardando, em muitos dos casos, a integração nos quadros. Este ano, a situação agravou-se ainda mais, já que, apesar dos pedidos das escolas para abrir concursos a tempo de permitir a contratação logo no dia 1 de Setembro, o MEC só veio permitir a sua abertura no dia 12, o que provocou uma interrupção de funções desnecessária e inaceitável para os docentes – e que também prejudicou os alunos, já que iniciaram as atividades letivas mais tarde.



Plenários de contratados e desempregados. Participação ativa, indignação e tristeza. Foram estes os tons maiores dos plenários que o SPN promoveu no Porto e em Braga, nos dias 20 e 21 de novembro. Concretamente em relação ao tema do momento (prova de avaliação), os presentes manifestaram-se frontalmente contra – caracterizando-a como indigna, humilhante, ridícula e sem sentido – e apresentaram sugestões de contestação que irão ser analisadas para eventual integração no plano de ação do SPN. Na oportunidade, os responsáveis sindicais recordaram as iniciativas que o sindicato e a Fenprof têm vindo a desenvolver, desde há muito e em várias frentes, na defesa destes educadores e professores, nomeadamente contra a PACC, em relação à qual sempre manifestaram total discordância. Relembaram, também, a importância dos sindicatos, cujo principal objetivo é a defesa dos trabalhadores e que têm as quotas como única fonte de receita – a sua força será, por isso, tanto maior quanto mais associados tiverem.



Professores aposentados. No dia 21 de novembro, a Fenprof realizou em Lisboa a 1ª Conferência Nacional de Professores Aposentados, onde debatemos os nossos problemas específicos. Entre outros, o embuste da convergência de pensões, a alteração das deduções específicas do IRS, os descontos para a ADSE, a pensão de sobrevivência – que praticamente já não existe, porque a soma das duas pensões de direito (aposentação e sobrevivência) fez com que uma fosse comida pela subida da taxa do IRS – e a devolução da contribuição extraordinária de solidariedade com que todos os aposentados da Administração Pública foram mimoseados, e sobre a qual o SPN já tem um processo em tribunal. Para este Governo é “soma e segue”, mas nós não os vamos deixar seguir como querem – a luta vai ser dura e demorada, mas não vamos continuar a aceitar este estado de coisas, e unidos venceremos!



Ensino Superior de luto. O clima de rutura entre as instituições e o Ministério da Educação e Ciência é sintomático da crise gerada pelas políticas atuais, que põem em causa o funcionamento do Ensino Superior público e comprometem a sua missão de motor do desenvolvimento social, económico, cultural e científico do país e dos portugueses. Neste contexto, no dia 22 de novembro, o SPN realizou uma ação de sensibilização junto à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, sob o lema *Ensino Superior é imprescindível, não pode ter mais cortes!* Para o SPN, é necessário reverter os cortes nos orçamentos das universidades e dos politécnicos, garantir o financiamento plurianual da investigação, permitir que as instituições procedam às contratações necessárias ao seu funcionamento e que se cumpram os estatutos de carreira dos docentes e investigadores. A iniciativa do SPN decorreu no âmbito da *Semana de Luto e de Expressão de Revolta* promovida pela Fenprof, a anteceder a votação do OE'2014.



**O SPN ESTÁ
COMPROMETIDO
COM ESTES COMBATES!**

NOVEMBRO

26. Concentração e distribuição da Carta Aberta "Defender a Escola Pública é lutar pelo futuro" [no âmbito do Dia Nacional de Indignação, Protesto e Luta, convocado pela CGTP-IN]. SPN, Porto

25. Vigília "Em Defesa da Educação". USP, Porto

22. Ação de sensibilização "O Ensino Superior é imprescindível, não pode ter mais cortes!". SPN, Porto

22. Fenprof lança "Guia Anti-Prova" de avaliação

21. 1ª Conferência Nacional dos Professores e Educadores Aposentados. Fenprof, Lisboa

20-21. Plenários de professores desempregados e contratados, contra a prova de avaliação. SPN, Porto e Braga

20. Reunião na Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura. Fenprof

20. Entrega na Assembleia da República e na Presidência da República do apelo "Contra os Cortes no Ensino Superior Público". Fenprof e associações de estudantes e de bolsiros

19-26. Semana de ação em defesa do Ensino Superior público, em todas as instituições. Fenprof

19. Reunião da Comissão Executiva do SPN. Porto

19. Reunião da Inter-Reformados. CGTP, Lisboa

18. Reunião do Departamento dos Professores Aposentados. Fenprof, Lisboa

17-18. O SPN completa 31 anos de existência

16. Comemoração do aniversário do SPN: Conferência-debate "Corrupção e crise: que relação?" (Paulo Morais), seguida de jantar. Porto

15. Reunião com a União das Misericórdias. CNS/Fenprof, Lisboa

14-15. Reunião do Secretariado Nacional da Fenprof. Lisboa

14. Concentração de Professores do Ensino Artístico. Fenprof, Lisboa

12. Em comunicação de imprensa, Fenprof denuncia que "MEC quer 'comprar' professores do quadro para classificarem provas dos seus colegas sem vínculo"

09. Em comunicado de imprensa, Fenprof denuncia "Os rankings e o ataque à Escola Pública"

08. Greve Geral da Administração Pública

07. Protesto dos professores do 1º Ciclo contra o aumento do horário letivo, em frente ao MEC. Fenprof, Lisboa

07. SPN entrega Providência Cautelar sobre o despacho que fixa o calendário da prova de avaliação e os pagamentos a que ficam sujeitos os professores

06. Em comunicado de imprensa, Fenprof assegura que "O Ensino Superior é imprescindível ao país e não pode ter mais cortes!"

05. Concentração de professores contratados em frente ao MEC. Fenprof, Lisboa

05. Entrega, na Assembleia da República, de uma petição contra a prova de acesso à profissão docente, com mais de 12 mil assinaturas. Fenprof, Lisboa

04. Fenprof entrega Providência Cautelar sobre o despacho que fixa o calendário da prova de avaliação e os pagamentos a que ficam sujeitos os professores

04. Reunião do Secretariado da Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública (FCSAP). Lisboa

02. Em comunicado de imprensa, Fenprof toma posição sobre o guião da reforma de Estado

01. Concentração em frente à Assembleia da República: "1 de

Novembro, dia feriado que nos foi roubado, dia de luta". CGTP, Lisboa

OUTUBRO

30. Reunião do Conselho Nacional da CGTP. Lisboa

30. Reunião MEC/Fenprof sobre o Programa de Rescisões por Mútuo Acordo Setorial. Lisboa

29. Reunião da Comissão Executiva do SPN. Porto

28. Debate sobre "A importância da escola na inclusão social de crianças e jovens com deficiência". Fenprof/CNOD, Santa Maria da Feira

25. Em comunicado de imprensa, Fenprof toma posição face à proposta de Orçamento do Estado para 2014: "Um grave atentado ao país, aos portugueses e à Constituição"

24. Reunião com o MEC/Fenprof sobre o Programa de Rescisões por Mútuo Acordo Setorial. Fenprof, Lisboa

22. Reunião com o presidente do Conselho Nacional de Educação, sobre a Educação Especial. Fenprof, CNOD e APD, Lisboa

20. "Enquanto há Força", espetáculo comemorativo do 26º aniversário da Associação José Afonso (com a colaboração do SPN). Porto

19. Reunião de dirigentes do 1º Ciclo. SPN, Porto

19. Marcha sobre a Ponte do Infante (Porto) e em Alcântara (Lisboa), "Por Abril, contra a exploração e o empobrecimento". CGTP

16. Reunião com a Comissão de Educação, Ciência e Cultura da Assembleia da República, sobre o Ensino Especial. Fenprof/CNOD/APD, Lisboa

14. Fenprof envia carta-aberta a todos os órgãos de soberania nacionais e locais: "Defender a Escola Pública é lutar pelo futuro"

12. Reunião do Conselho Nacional da Fenprof. Lisboa

12. Entrega do Prémio Literário Urbano Tavares Rodrigues (prosa) a Ana Cristina Silva. Fenprof/Secre, Lisboa

10-11. Reunião do Secretariado Nacional da Fenprof. Lisboa

11. Reunião com o secretário de Estado do Ensino Superior. Fenprof, Lisboa

11. Frente Comum apresenta proposta reivindicativa para 2014

10. Reunião com a União das Misericórdias. CNS/Fenprof, Lisboa

09. Reunião da Comissão Executiva do SPN, Porto

09. Reunião de professores aposentados. SPN, Porto

07. Fenprof lança petição contra a prova de acesso à profissão docente

07. Em comunicado de imprensa, Fenprof denuncia: "Desrespeito do MEC pelas negociações não tem fim" (sobre o Regime Jurídico da Formação Contínua de Professores)

07. Negociação suplementar MEC/Fenprof sobre o Regime Jurídico da Formação Contínua de Professores. Lisboa

05. Dia Mundial do Professor. Fenprof, Lisboa

04. Reunião com a Inspeção-Geral da Educação e Ciência. Fenprof, Lisboa

03. Entrega, no MEC, do abaixo-assinado sobre o agravamento do horário letivo no 1º Ciclo, com mais de 5 mil assinaturas. Fenprof, Lisboa

03. Conferência de imprensa conjunta sobre Ensino Especial. Fenprof/CNOD/APD, Lisboa

03. Reunião de reformados e aposentados. União de Sindicatos do Porto

01. CGTP comemora o 43º aniversário com ações nos locais de trabalho

* O SPN está a promover, desde setembro, reuniões concelhias com diretores de escolas/agrupamentos: Gaia (25.set), Gondomar (27), Porto (03.out), Matosinhos (09), Maia (15), Valongo (18), Póvoa de Varzim (31), Vila do Conde (13.nov), Amarante (14)

** Entre 21.out-07.nov, a delegação do SPN em Santa Maria da Feira promoveu reuniões em todas as escolas e agrupamentos da sua área de influência



Henrique Borges

Aspectos essenciais para
uma decisão informada

RESCISÕES POR MÚTUO ACORDO

O Sindicato dos Professores do Norte (SPN) considera que as condições para rescisão de contratos de trabalho por mútuo acordo (Portaria nº 332-A/2013, de 11 de novembro) se revestem de aspetos bastante negativos: cálculo da indemnização a partir de salários com cortes; não atribuição de subsídio de desemprego; impedimento de aposentação antecipada; impedimento de continuidade de subscrição da Caixa Geral de Aposentações; discriminação, relativamente à regra geral, no que respeita à fórmula de cálculo da indemnização; impedimento de acesso ao programa a docentes em situações que originam suspensão do contrato de trabalho em funções públicas. Tratando-se de uma decisão individual, com grande impacto na vida de cada um, o SPN não pode, contudo, deixar de contribuir para que a opção pela rescisão seja feita de forma esclarecida. Neste sentido, destacamos que:

- o programa abrange educadores e professores dos ensinos Básico e Secundário com menos de 60 anos e com contrato de trabalho por tempo indeterminado (docentes de carreira);
- não são abrangidos os docentes que à data da entrada em vigor da portaria (12.11.2013) estejam a aguardar decisão sobre aposentação ou reforma antecipada;
- o valor da indemnização para docentes até 49 anos de idade é de 1,25 meses de vencimento por cada ano de serviço completo – exceto dos grupos 100, 110, 240 e 530 (1,5 meses por ano);
- para docentes entre 50-59 anos, o valor é de um mês por ano de serviço completo – exceto dos grupos 100, 110, 240 e 530 (1,25 meses por ano);
- a idade para apuramento do valor é a que o interessado tiver à data da entrega do requerimento para adesão ao programa;
- a indemnização a pagar não tem valor máximo legalmente imposto e é aferida pela remuneração-base correspondente ao escalão do docente em dezembro de 2013 – acrescida de suplementos remuneratórios, desde que atribuídos de forma permanente e continuada nos últimos dois anos (por exemplo, para o 9º escalão, o valor é 2847,13€);
- a cessação do contrato de trabalho pode ser requerida entre 15 de novembro de 2013 e 28 de fevereiro de 2014;
- o requerimento é dirigido ao ministro da Educação. A remuneração mensal e a identificação de eventuais suplementos remuneratórios têm de ser autenticados pelo estabelecimento de ensino;
- após pronúncia do ministro, a decisão final sobre o requerimento compete ao secretário de Estado da Administração Pública;

- a cessação do contrato é comunicada ao estabelecimento de ensino e a proposta de indemnização notificada ao interessado, que tem oito dias para aceitar, através de documento escrito dirigido ao estabelecimento de ensino – na ausência de comunicação nos referidos oito dias, a proposta considera-se recusada;
- quem aceitar a rescisão fica impedido de constituir nova relação de emprego público, incluindo prestação de serviços, em órgãos e serviços das administrações direta e indireta do Estado, regionais e autarquias, bem como em empresas públicas, durante um período determinado – número de meses igual ao quádruplo do resultante da divisão do montante atribuído pelo valor de 30 dias de remuneração-base;
- para os docentes sem componente letiva, a cessação do contrato produz efeitos a partir do primeiro dia do mês seguinte à notificação; para os restantes docentes, a partir de 1 de setembro de 2014.

Além destas matérias, diretamente decorrentes da Portaria 332-A/2013, outras implicam cruzamento com legislação diversa:

- do valor da indemnização, só é sujeito a IRS o valor remanescente de um vencimento mensal por cada ano de trabalho, o que faz com que haja taxação em todos os casos de idade inferior a 50 anos, bem como para os docentes entre 50-59 anos, neste caso apenas dos grupos 100, 110, 240 e 530 – ou seja, haverá casos de ausência total de taxação (um mês de indemnização por ano de serviço), de taxação sobre 20% da indemnização (1,25 meses por ano) e sobre 1/3 da indemnização (1,5 meses por ano);
- os docentes a quem seja concedida a rescisão não poderão pedir aposentação antecipada, apenas ao atingir a idade legal (atualmente 65 anos, prevendo-se que passe a 66 já em 2014);
- os docentes a quem seja concedida a rescisão não terão direito a subsídio de desemprego, nem a continuar a descontar para a CGA. Podem, no entanto, beneficiar da ADSE, desde que continuem a descontar o montante atual;
- o requerimento não pode ser apresentado por docentes em suspensão do contrato (pena de suspensão, doença há mais de 30 dias ou licença sem vencimento, por exemplo) – a interpretação do MEC não se afigura linear, podendo ser contestada, mas a *jurisprudência da* cautela aconselha que os interessados não estejam em situação dúbia relativamente ao contrato de trabalho.



Henrique Borges

SPN REÚNE COM DIRETORES

Dando cumprimento a uma orientação aprovada nas jornadas sindicais realizadas no início do ano escolar, a direção do Sindicato dos Professores do Norte está a promover reuniões com diretores de escolas públicas e agrupamentos da sua área geográfica

As reuniões destinam-se, fundamentalmente, à análise dos problemas com que as escolas se confrontam e ao levantamento da situação da rede escolar, incluindo as ofertas pública e privada.

Num contexto de progressivo desinvestimento na Escola Pública e de agravamento das condições de ensino e de aprendizagem, assim como da recente alteração do Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo, com que o Governo pretende alargar o financiamento público do ensino privado em condições que contrariam o estipulado na Constituição da República e na Lei de Bases do Sistema Educativo, estas reuniões servem também para divulgar a *Carta Aberta* recentemente tornada pública pela Federação Nacional dos Professores (Fenprof), onde se apela à mobilização dos parceiros educativos, e da sociedade portuguesa em geral, em defesa de uma Educação Pública de qualidade, inclusiva e universal.

O SPN faz um balanço positivo destas reuniões, considerando que representam uma oportunidade para conhecer melhor a realidade das escolas [ver pág. 28] e confrontar pontos de vista que nem sempre são convergentes. No entanto, relativamente a um dos objetivos destes encontros – sensibilizar os parceiros educativos para a necessidade de uma mobilização conjunta em defesa da Escola Pública –, verificou-se uma total concordância, o que se valoriza, já que a ação convergente dos vários parceiros educativos é condição essencial para uma resposta consequente à ofensiva em curso contra a Educação Pública. Concluídas as reuniões nos seis concelhos do Grande Porto, e não sendo possível aqui um registo exaustivo das questões tratadas, ressaltam-se algumas das principais preocupações apresentadas pelas direções de escolas/agrupamentos.

Rede escolar. A rede para 2013/2014 foi definida pela administração de forma unilateral, tardiamente e em claro desrespeito pelas propostas das escolas. Houve ainda falta de transparência neste processo, sendo inúmeros os exemplos de recusa de abertura de determinados cursos (nomeadamente cursos profissionais) nas escolas públicas, que depois foram autorizados no privado.

Relativamente ao favorecimento do ensino privado, foi também referida a existência indevida de contratos de associação, sendo o caso do concelho de Gondomar paradigmático: o Externato Paulo VI tem 15 turmas do Ensino Secundário financiadas com dinheiro público,

quando a rede de escolas públicas do concelho poderia facilmente integrar esses alunos.

Condições de ensino e aprendizagem. A imposição da constituição de turmas com o limite máximo de alunos levanta problemas a vários níveis, desde dificuldades acrescidas na promoção do sucesso educativo de todos ao desajustamento de salas concebidas para 24/26 em escolas intervencionadas.

Os horários dos professores estão sobrecarregados, com muitas atividades com alunos na componente não letiva, com vários níveis e anos de escolaridade, o que está a agravar o desgaste profissional. É necessária a valorização do trabalho dos diretores de turma, nomeadamente pela concessão de maior número de horas para o desempenho do cargo e para formação.

Autonomia. Uma das questões recorrentemente referidas é a constatação da ausência de uma sempre propalada autonomia das escolas. Este controlo reforçado, nomeadamente através das plataformas informáticas, decorre de uma atitude de desconfiança por parte da Administração em relação aos atores escolares e ignora a realidade concreta das escolas e a necessidade de lhes dar resposta. As frequentes alterações legislativas vêm ainda agravar este quadro.

Assistentes operacionais. No início do ano, uma das situações mais críticas prendeu-se com a falta de assistentes operacionais, com consequências graves ao nível da segurança, da manutenção e do desenvolvimento das atividades letivas. Além dos cortes no número de funcionários, prevalece também aqui uma lógica meramente administrativa, que fixa um “ratio” do número de alunos/número de funcionários sem atender às características próprias de cada escola – não contabilizando se a escola/agrupamento tem alunos do supletivo e articulado, aulas ao sábado, ensino noturno, educação pré-escolar, unidades de multideficiência, alunos deficientes profundos, autistas, cegos...

Instalações. Impõe-se a urgente e inadiável implementação de obras de recuperação nas escolas ainda não intervencionadas. A gritante desigualdade verificada na qualidade das instalações dos estabelecimentos com estruturas degradadas (os mais antigos), que existem a par de outras escolas intervencionadas que oferecem muito melhores condições de trabalho, levam à fuga de alunos para as que têm melhores condições.

Rankings. Não concordância com a implementação e divulgação dos rankings, uma vez que não atendem aos contextos, gerando situações de injustiça devido às diferentes condições de trabalho e desigualdades verificadas.

As escolas secundárias sentem-se muito pressionadas com os resultados dos alunos devido ao acesso ao Ensino Superior. No entender das direções, a seleção dos alunos que pretendem frequentar o Ensino Superior deveria ser feita pelas respetivas entidades. O processo atual gera situações de injustiça, nomeadamente pelo desequilíbrio existente entre os estabelecimentos públicos e privados. A realidade mostra, quer pela inflação de notas atribuídas nos últimos anos do Secundário pelos privados, quer pelo difícil acesso em termos geográficos e económicos a certas entidades privadas, que o atual processo de médias é injusto.

Contratação. A contratação por escola é considerada “demencial” por várias direções. Contratações arrastadas ao longo do tempo potenciam situações graves de ausência de professores. Uma solução apontada é a agilização do processo, também relativamente à contratação de técnicos – a título de exemplo, uma escola do Porto ia ter de fazer 600 entrevistas para contratar um psicólogo... Referido também o escândalo da não abertura de vagas de quadro, nomeadamente nas escolas artísticas, o que cria grande instabilidade, já que obriga à contratação anual de largas dezenas de professores por escola. Além da urgente abertura de vagas em lugar de quadro, aponta-se a necessidade de implementar a plurianualidade nesta contratação. Sobre a contratação de escola (escolha de escola/concurso nacional) verificaram-se diferentes posicionamentos que se poderão sintetizar em três patamares:

- devido à ambiguidade e suspeição criadas (geradoras de mau clima), e além do concurso nacional, deveria existir um normativo intermédio que agilize a “escolha” com alguma autonomia;
- a “escolha” deveria ser efetuada pelas escolas de acordo com os seus projetos educativos e metas a atingir, sem o cumprimento dos normativos agora existentes;
- o concurso nacional deve prevalecer sempre.

Na abordagem deste tema foi explicitado que, pelas arbitrariedades e subjetividades que a contratação de escola pode gerar, o SPN defende inequivocamente o concurso nacional.

convocatória **ASSEMBLEIA-GERAL ORDINÁRIA DE SÓCIOS**

14 de janeiro de 2014

De acordo com os Estatutos do Sindicato dos Professores do Norte (SPN), convoco uma Assembleia-Geral Ordinária de Sócios para o dia 14 de janeiro de 2014, com início às 16h30, a funcionar descentralizadamente na sede do SPN e nas sedes das Direções Distritais de Aveiro (Sta. Maria da Feira), Braga, Bragança, Viana do Castelo e Vila Real, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Apreciação e votação do Plano de Atividades e Orçamento do SPN para 2014
2. Análise da situação político-sindical

Porto, 22 de novembro de 2013

A Presidente da Mesa da Assembleia-Geral
Ana Maria Brito Jorge

Se à hora indicada não houver quórum, a Assembleia-Geral realizar-se-á meia hora mais tarde, com qualquer número de presenças.



Ana Alvim

DIREITO AOS DIREITOS

PROVA DE AVALIAÇÃO

Conforme havia anunciado, o Governo fez publicar recentemente a regulamentação da Prova de Avaliação de Conhecimentos e Capacidades, prevista na alínea f) do nº 1 do artigo 22º do Estatuto da Carreira Docente (ECD).

Sem grandes considerandos pelo mérito da decisão, que acredito constituir uma evidência, está mais uma vez em causa a legalidade de uma iniciativa legislativa. Perante este cenário, o Sindicato dos Professores do Norte intentou duas providências cautelares com vista à suspensão da realização da prova, procurando evitar a lesão dos direitos dos docentes contratados.

Numa época histórica, em que sucessivas decisões governativas retiram aos professores contratados qualquer perspectiva de futuro ou realização, não podemos deixar de somar mais esta tentativa de impedir o acesso à profissão. Não é muito mais o que é pretendido: dificultar, desmotivar, penalizar aqueles que ao longo de anos têm dedicado o seu saber, o seu tempo e das suas famílias ao ensino de jovens em todo o país, até naqueles sítios onde a política não chega. Permitam-me o desabafo que se impõe: para quando uma prova de conhecimentos aos candidatos ao exercício de cargos públicos? Acredito que os resultados pudessem ser verdadeiramente surpreendentes e esclarecedores da real situação económica, social e política.

PERÍODO PROBATÓRIO

O regime jurídico do período probatório encontra-se previsto no artigo 31º do ECD, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº 41/2012, de 21 de fevereiro:

“1. O período probatório destina-se a verificar a capacidade de adequação do docente ao perfil de desempenho profissional exigível, tem a duração mínima de um ano escolar e é cumprido no estabelecimento de educação ou de ensino onde aquele exerce a sua actividade docente.”

Como decorre da lei, trata-se de um período experimental, com duração mínima de um ano escolar, que tem como objetivo aferir “a capacidade de adequação do docente ao perfil de desempenho profissional exigível”. Por regra, o período probatório é cumprido no primeiro ano escolar de exercício efetivo de funções do docente na categoria de professor e é acompanhado e apoiado, no plano didático, pedagógico e científico, por um docente posicionado no 4º escalão ou superior, sempre que possível, do mesmo grupo de recrutamento, com base num plano individual de trabalho. A lei estabelece ainda regras relativas à organização da componente

É um fenómeno curioso: o país ergue-se indignado, moureja o dia todo indignado, come, bebe e diverte-se indignado, mas não passa disto. Falta-lhe o romantismo cívico da agressão. Somos, socialmente, uma colectividade pacífica de revoltados.

Miguel Torga

não letiva de estabelecimento do docente em período probatório, ao dispor que esta deverá destinar-se, enquanto for necessário, “à frequência de acções de formação, assistência a aulas de outros professores ou realização de trabalhos de grupo indicados pelo professor de acompanhamento e apoio.”

Também no âmbito da avaliação de desempenho do pessoal docente em período probatório se encontram algumas diferenças, uma vez que esta é efetuada nos termos do Decreto Regulamentar nº 26/2012 [cfr. art. 8, 2º e art. 18, 2º - alínea a)], obrigando à observação de aulas neste período.

Note-se que o tempo de serviço prestado pelo docente durante o período probatório só é contado para efeitos de progressão na categoria de ingresso na carreira e para efeitos de acesso a outra categoria se classificado com menção igual ou superior a “Bom”.

Dispensa do período probatório. O Despacho nº 21.666/2009, de 28 de setembro dispensa do período probatório, “convertendo-se automaticamente a nomeação provisória em definitiva, os docentes que se encontrem numa das seguintes situações:

a) Tenham exercido funções docentes em regime de contrato, no mesmo nível de ensino e grupo de recrutamento, por tempo correspondente a um ano escolar, desde que cumprido com horário igual ou superior a vinte horas e avaliação de desempenho igual ou superior a Bom, conforme previsto no nº 16 do artigo 31º do ECD [DL 15/2007, de 19 de janeiro];

b) Tenham celebrado contrato administrativo de serviço docente em dois dos últimos quatro anos imediatamente anteriores ao ano lectivo de 2007-2008 no mesmo nível de ensino e grupo de recrutamento, desde que contem, pelo menos, cinco anos completos de serviço docente efectivo e avaliação de desempenho igual ou superior a Bom, conforme o disposto no artigo 9º do capítulo das disposições transitórias e finais do Decreto-Lei nº 15/2007, de 19 de Janeiro” [ECD].

O mencionado ECD já foi objeto de três alterações, pelos decretos-lei 270/2009, de 30 de setembro; 75/2010, de 23 de junho; e 41/2012, de 21 de fevereiro. Destes, no que ao assunto vertente importa, é de salientar o DL 270/2009, cujo artigo 7º, nº 5, estabelece que “os docentes que à data da entrada em vigor do presente decreto-lei contem, pelo menos, cinco anos completos de exercício de funções docentes, sendo pelo menos três dos quais com

horário completo pelo período de um ano lectivo, são dispensados da realização do período probatório.”

Assim sendo, entendemos que os docentes que cumpram o requisito previsto – cuja observância é reportada à data de entrada em vigor do DL 270 – devem ser dispensados da realização do período probatório.

ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR

Os professores que lecionam AECs estão a ser considerados pelas câmaras como técnicos superiores, tanto ao nível de vencimentos como do horário de trabalho. Não obstante, o SPN entende que devem ser considerados docentes e que lhes deve ser aplicado o ECD, nomeadamente, ao nível de vencimentos (tabelas em vigor), organização dos horários em componente letiva e não letiva (esta destinada a reuniões de articulação, avaliação, etc.) e contagem integral do tempo de serviço.

Quando cessam contrato, estes docentes estão igualmente abrangidos pelo direito ao pagamento da compensação por caducidade de contrato. A nível concursal, devem as entidades promotoras das AECs respeitar a graduação profissional e guiar-se pelos critérios de seleção da contratação (regras da contratação pública), não usando critérios ilegais como o local de residência, a continuidade pedagógica, ter lecionado no mesmo agrupamento de escolas e/ou município, etc.

No sentido de agilizar uma solução para os sucessivos atropelos aos direitos nesta matéria, o SPN vai encetar as seguintes ações:

- exposição ao Provedor de Justiça, no sentido de obter uma recomendação junto dos órgãos do Estado (municípios e Ministério da Educação e Ciência);
 - ação em tribunal, em defesa do princípio de que os profissionais que exerçam a sua atividade no âmbito das AECs sejam considerados docentes, para todos os efeitos, regendo-se pelo ECD;
 - pedido de reunião à Associação Nacional de Municípios para clarificação de todos os assuntos relacionados com as AECs.
- Independentemente de todas as ações referidas, importa salientar que o SPN está sempre disponível para atender e apoiar os seus associados no esclarecimento de todas as dúvidas e ilegalidades que ocorram.

José Miguel Pinho,
advogado do SPN

Espero que esteja bem. Como deve ter reparado, já não estou nas AEC de Música. Desde setembro, tenho estado à espera da minha sorte nas bolsas de recrutamento e nas ofertas de escola. Como nunca mais consegui horário, resolvi concorrer para ofertas de escolas de Lisboa, onde fiquei colocada num horário anual. Deixei o Porto e as AEC e peguei na mala...

Não gosto de abandonar os projetos a meio, muito menos numa escola onde as colegas são agradáveis e com quem eu já tinha um carinho especial. Não foi fácil, principalmente porque deixo o meu filho de 14 meses com o meu marido e com a restante família. Mas a vida é mesmo assim... Temos que aproveitar as oportunidades.

Muito obrigado e um bom ano letivo.

Beijinhos para todas as colegas.

Até breve,

Isabel

DATE: FRI, 1 NOV 2013

21:10:52



NÃO SÃO ESTES OS CORTES DE QUE PRECISAMOS

Orçamento do Estado

Em 2011, 2012 e 2013, os governos executaram aquilo a que chamam “consolidação orçamental”: cortes e impostos que no total somam 20 mil milhões de euros. O que é que conseguiram com isso? Reduzir o défice apenas em 6 mil milhões.

Os cortes e impostos comprimiram o rendimento das famílias e das pequenas empresas e aumentaram muito o desemprego. Apesar dos aumentos das taxas de imposto e das contribuições sociais, a receita aumentou pouco e a despesa diminuiu muito menos do que o previsto.

Não se “consolida” um orçamento destruindo a sociedade. Por cada euro tirado ao défice o resultado foi 1,25 euros retirados ao PIB e 8,76 euros aumentados à dívida. Mais de 10% dos empregos foram destruídos. Só em 2011 e 2012, segundo o Instituto Nacional de Estatística, 222 mil pessoas tiveram de abandonar temporária ou permanentemente o país.

O governo preparara-se para repetir esta experiência em 2014. No orçamento prevê mais 4,2 mil milhões de “consolidação” – na realidade, a maior parte são cortes em salários e pensões. Prevê que apesar disso a economia vá voltar ao crescimento. Infelizmente, com este orçamento, isso não irá acontecer.

Não há sinais de recuperação que resistam a um tal corte nos salários e pensões. O corte de que precisamos para que seja possível viver com dignidade em Portugal é o corte na dívida e nos juros.

José Castro Caldas

economista

*(Iniciativa para uma
Auditoria Cidadã à Dívida)*

*Texto originalmente publicado em
<http://auditoriacidadada.info/>*



Portugal reduziu bruscamente o investimento em educação entre 2010 e 2012: vinte e três por cento em dois anos. Em consequência, a profissão com o maior aumento do desemprego em 2012 foi o professorado.

"The true cost of austerity and inequality in Europe"

relatório da Oxfam [setembro]

O Governo português fez o grande erro de tentar ser o melhor da turma no concurso de beleza da austeridade. Não havia razão para Portugal fazer isso, podia não ser o melhor da turma, podia ser mesmo o pior e isso seria melhor para economia.

Paul de Grauwe

*professor na London School of Economics
[agência Lusa, 10.10.2013]*



As medidas impostas pela troika europeia aos países que não cumprem os seus critérios de convergência económica não são medidas de austeridade, são medidas de criminalidade.

Teresa Forcades

beneditina catalã [jornal I, 22.10.2013]

spinformação

A lógica da troika era fazer disto uma Ásia.
Silva Peneda
presidente do Conselho Económico e Social [jornal I, 11.11.2013]



Se eu estivesse no Governo e fosse responsável por este Orçamento rezava todas as noites para que o Tribunal Constitucional chumbasse bastantes medidas.

Manuela Ferreira Leite,
comentadora [TVI24, 17.10.2013]



É este nada, zero, inútil, traidor, autocentrado, calculista, contraditório, que é, formalmente, Presidente da República.

Isabel Moreira
constitucionalista e deputada
[Facebook, 22.10.2013]

Que governo é este que atrai tantos delinquentes e que Pacheco Pereira, que é membro do PSD, teve a coragem de afirmar que “está cheio de má-fé”?

Mário Soares
antigo Presidente da República
[Diário de Notícias, 05.10.2013]



i61

SEGUNDO RESGATE OU PROGRAMA CAUTELAR?

Chamam-lhe “seguro”, “programa cautelar”, “regresso aos mercados”, “póstroika”, etc. A ideia é simples. A União Europeia dotou-se de um fundo de 500 mil milhões de euros, o Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE), através do qual futuros resgates seriam financiados. Além disso, este fundo está disponível a apoiar o acesso dos Estados aos mercados através de compras directas ou em mercado secundário de títulos de dívida de cada Estado. A ideia por detrás deste mecanismo de apoio é garantir o financiamento dos Estados a taxas de juro consideradas razoáveis no mercado. Não adiantará a um investidor em dívida pública europeia exigir taxas de juro muito elevadas já que, nesse caso, o MEE actuará como substituto a taxas mais baixas.

Na prática, esta é uma forma de mutualização da dívida. Contudo, tem vários senões. O primeiro está na condicionalidade imposta aos Estados que necessitem de ajuda. Trocado por miúdos, os Estados europeus só acedem a este apoio em troca de memorando de compromisso. É o que já acontece em Espanha, onde a recapitalização da banca foi financiada por este fundo. Em Portugal, sabemos bem o que isso quer dizer: imposição cega de uma austeridade contraproducente. Neste contexto, recuperar soberania é uma miragem.

Algumas questões. Mas com isto o Fundo Monetário Internacional (FMI) vai-se embora e teremos uma austeridade mais ligeira? Não. Segundo o próprio MEE, a assistência do FMI será sempre solicitada nestes programas. De qualquer forma, é sabido que, dentro da troika, o FMI é o ‘polícia bom’, mais preocupado com a balança de pagamentos nacional do que com o défice orçamental e a dívida pública.

Qual a relação entre o MEE e o programa anunciado, mas não testado, de compras ilimitadas do Banco Central Europeu (BCE) em mercado secundário (as famosas OMT)? Um dos problemas do MEE é o fraco poder financeiro para fazer frente a uma crise em economias como a espanhola ou a italiana, cujas dívidas soberanas facilmente esgotariam os fundos necessários. A anunciada intervenção do BCE – esta sim, uma instituição com o músculo financeiro para socorrer países grandes – serviu assim para apaziguar os mercados em relação a estes dois países e não em relação a Portugal, Grécia ou Irlanda. Se há um mecanismo pronto a financiar-nos e estando nós a cumprir à risca o programa imposto pela União

Europeia, porquê tanta discussão entre a possibilidade de um segundo resgate e o programa cautelar? Aqui a coisa complica-se. Devido ao fraco poder financeiro deste fundo, os Estados terão que obter financiamento em mercado. Nos casos de Portugal e Irlanda, este será necessariamente a taxas de juro mais elevadas do que as agora praticadas nos empréstimos da troika. No caso da Irlanda, com uma dívida mais baixa e com perfil mais sustentável do que a nossa, este encarecimento da dívida poderá não se traduzir num entendimento de que a sua dívida está numa trajectória insustentável. Em Portugal, o caso é bastante mais complicado. A intervenção do MEE poderá diminuir as taxas de juro agora praticadas no mercado secundário, ainda que sejam sempre mais elevadas do que o actual empréstimo da troika.

Decisões são políticas. Convém, contudo, lembrar que vivemos num contexto de taxas de juro internacionais historicamente baixas. Qualquer evolução da economia internacional e reversão da actual política monetária, como a que foi anunciada nos EUA, traduz-se num aumento generalizado das taxas de juro. Ou seja, os juros a que o MEE se financia nos mercados tenderão a subir, reduzindo a margem de pressão que poderá exercer sobre os juros cobrados a um país como Portugal. Daí que a hipótese de segundo resgate não possa estar totalmente fora da mesa. Nesse caso, a julgar pelo exemplo grego, a austeridade será agravada.

De qualquer forma, o que importa sublinhar é que tudo isto não depende dos mercados, mas de decisões políticas europeias. A imposição de austeridade, a não intervenção do BCE no caso português, o modelo condicional e limitado do MEE, foram todas decisões de carácter político com o mesmo objectivo: o controlo e fustigação orçamentais da periferia europeia por forma a salvaguardar os interesses dos credores.

No quadro europeu, estamos assim perante diferentes versões da austeridade permanente. Só o confronto e a ruptura com este modelo poderão devolver a esperança ao país e à Europa.

Nuno Teles
economista

(Iniciativa para uma Auditoria Cidadã à Dívida)

Texto publicado originalmente no blogue Ladrões de Bicicletas



A EUROPA E A CRISE QUE NOS CORRÓI

Ana Alvim

À medida que as eleições alemãs se aproximavam, multiplicaram-se as vozes que garantiam que depois das eleições é que tudo se resolveria: o novo governo deixaria de olhar para dentro; os problemas, em especial os do Sul, mereceriam outras respostas. Quase um mês depois*, continuamos à espera da Alemanha, que permanece sem governo – de certa forma é uma ironia para a tão propalada eficiência germânica –, a esquerda tem maioria no *Bundestag*, se considerarmos, obviamente, o SPD como um partido de esquerda e, enfim, parece que nada vai mudar na política alemã. Angela Merkel segue, em aliança com os sociais-democratas ou com os verdes, e com ela prosseguirá a política austeritária que destrói salários, empregos e a vida das pessoas.

* texto recebido em 10.10.2013

Ameaçada pela crise da dívida soberana e pela quebra de solidariedade entre os diversos Estados-membros – que ameaçam despoletar ressentimentos e rivalidades, que julgávamos há muito ultrapassados, entre um Norte próspero, que beneficiou largamente dos sucessivos alargamentos, da liberalização do comércio mundial e, claro, do euro, e um Sul pobre, enredado na armadilha da desregulação das trocas internacionais, da moeda única e da desindustrialização –, crescem na Europa o mal-estar, a desconfiança e o medo em relação ao futuro, indiciando causas fundas, certamente ligadas ao sistema político, ao desemprego e à precariedade como regime de vida e de existência social. A estratégia austeritária imposta por Berlim e praticada com zelo militante pelos governos dos Estados resgatados, uma e outros combinando em grau desigual petulância ideológica e desconhecimento da história, acham que as crises das dívidas soberanas e dos desequilíbrios económicos se resolvem com políticas orçamentais restritivas. Ora, como atinentemente lembrou Helmut Schmidt, no seu discurso ao congresso do SPD, em Berlim, em dezembro de 2011, “quem acredita que a Europa pode recompor-se só através de poupanças orçamentais, faça o favor de estudar o resultado fatal da política de deflação de Heinrich Brüning, em 1930/32. Provocou uma depressão e um desemprego de uma tal dimensão que deu início à queda da primeira democracia alemã”.

O resultado desta política está hoje bem exposto: a Grécia vive uma catástrofe económica e social que só tem paralelo com uma situação de guerra; Portugal, vergado pelo peso do serviço da dívida e por um Governo comprometido com o seu pagamento integral, “custe o que custar”, tem como horizonte um declínio brutal dos salários e o empobrecimento generalizado das classes trabalhadoras, conquanto os banqueiros e os seus gestores certamente prosperarão; um pouco por todo o Sul europeu, a crise económica agrava o desemprego e a situação social.

>>>

Simulacro de federalismo. No ‘olho do furacão’ da crise e das respostas engendradas está o euro. Se bem que as dificuldades dos países do Sul resultem da combinação de múltiplos aspetos, externos e internos, a arquitetura da moeda única desempenha um papel decisivo.

Em entrevista à revista brasileira Carta Capital (dez.2012), Phillippe Van Parijs sublinha que “há um problema realmente sério na Zona do Euro. Temos um sistema muito instável e doentio por termos uma moeda comum. Quando um país torna-se menos competitivo, ele não pode desvalorizar a moeda. E assim a crise não é mitigada”. Tão-pouco existem instrumentos legais, nem, principalmente, condições políticas – ao contrário do que ocorre nos Estados Unidos da América, epicentro da crise económico-financeira mundial – para que a resposta possa ser outra, radicalmente diferente.

Como expõe Perry Anderson, de modo magistral, na edição portuguesa do *Le Monde Diplomatique* (dez.2012), “não existe essa ‘comunidade de destino’ [...] que ligue governantes e governados numa ordem política comum, em que os primeiros pagam caro pela sua ignorância total das necessidades existenciais dos segundos. No simulacro europeu de federalismo, não podia haver uma ‘união de transferência’ como no modelo americano. Quando a crise atingiu a zona euro, a sua coesão só podia vir, não da despesa social, mas do *diktat* político: o estabelecimento pela Alemanha, à frente de um bloco de pequenos Estados nórdicos, de programas draconianos de austeridade (impensáveis para os seus próprios cidadãos), dirigidos aos países do Sul, doravante incapazes de recuperar competitividade graças à desvalorização da moeda.”

União atómica. Alvitrarão alguns: mas os políticos e banqueiros que conceberam a moeda única não pensaram nisto? Será que estamos perante o “fracasso das elites”, como entende Jürgen Habermas, no *El País* (20.08.2013)?

Não creio que se possa falar em distração ou fracasso. Este só existe se as elites perseguissem algo diferente do que têm feito. Por exemplo, a união monetária foi deliberadamente construída sem o seu contraponto social, pois é desta forma que melhor se defendem os interesses dos mercados financeiros e os seus atores, que, por via da moeda única, desarmam os Estados,

incapacitando-os de responder à violência por eles produzida.

Pertence a Pierre Bourdieu («Contra-fogos») umas das primeiras e mais avisadas críticas a este projeto político, quando em 1997, em Frankfurt, afirmou que “não podemos esperar da integração monetária que assegure a integração social. Muito pelo contrário: sabemos, com efeito, que os Estados que quiserem preservar a sua competitividade no interior da zona do euro a expensas dos seus parceiros terão como único recurso diminuir os encargos salariais, reduzindo os encargos sociais; o dumping social e salarial e a ‘flexibilização’ do mercado de trabalho serão os únicos recursos deixados aos Estados, privados da possibilidade de jogarem com as taxas de câmbio. Ao efeito destes mecanismos virá somar-se, sem dúvida, a pressão das ‘autoridades monetárias’, como o Bundesbank e os seus dirigentes, sempre prontos a pregarem a ‘austeridade salarial’.” Por outras palavras, a união monetária sem um Estado social é a arma atómica contra as garantias nele adquiridas, a começar pelas laborais.

Esmagamento salarial. Se a concorrência no mercado de trabalho é global, ela é também europeia, como é hoje bem evidente. Todas as alterações recentes em Portugal – desde a flexibilização, passando pelo aprofundamento da precariedade, nomeadamente através do alargamento dos motivos para o despedimento, pelo esvaziamento da contratação coletiva, pela redução do custo das indemnizações, enfim, pela redução dos salários – têm sido feitas evocando sobretudo a falta de competitividade face aos outros países europeus, em especial face à Alemanha. Esta, por sua vez, reforçou a sua competitividade em cima dos trabalhadores que nela trabalham, agravando os problemas dos países do Sul.

Como escreve Anne Dufresne na edição de fevereiro de 2012 do *Le Monde Diplomatique*, as reformas do mercado laboral empreendidas pelos governos de Gerhard Schröder entre 1998 e 2005 permitiram à Alemanha incrementar fortemente a sua competitividade, ainda que tal se tenha traduzido numa derrota social para os assalariados: na década passada, os seus salários reduziram-se 4,5% em termos reais, enquanto em França e em Portugal, por exemplo, subiram quase 10% no mesmo período.

Mas não só, a Alemanha criou aquilo que

Schröder considera ser, como afirmou triunfalmente no Fórum Económico Mundial de Davos, em 2005, “um dos melhores setores de baixos salários na Europa”. Resposta em Portugal, Grécia, Espanha, Itália, França e um pouco por todo o lado: dumping salarial, isto é, salários de quase todos a preço de saldo. Sejam claros, não poupando nas palavras, como faz Anderson no artigo já citado: “a Alemanha, que foi mais responsável do que qualquer outro Estado pela crise do euro, através da sua política de repressão salarial dentro do país e de capital barato no exterior, foi também a principal arquitecta das tentativas de fazer com que a factura fosse paga pelos mais frágeis”.

Solidariedade de facto. Face a isto, o bom uso da razão obriga-nos a ser pessimistas. Mas nada está definitivamente jogado: o futuro continua a depender daquilo que formos capazes de fazer no campo da política, através da ação coletiva organizada, defendendo os interesses de todos os que vivem do seu trabalho. Incompatíveis com o liberalismo tingido de um mercantilismo exacerbado e de uma ética moral com laivos do puritanismo protestante, na qual a punição é vista como regeneradora, é necessário escolher soluções progressistas, baseadas no bem-estar social, nos justos (e nada utópicos) termos colocados por Habermas em «Um ensaio sobre a constituição da Europa». Para as concretizar, temos de reconstruir e aprofundar a “solidariedade de facto” referida na Declaração Schuman, hoje desprezada pelas elites dirigentes europeias, ora por convicção ideológica, ora por mero cálculo político, ora também por subserviência despidorada a Berlim.

A “solidariedade de facto” depende de muitas medidas, como a mutualização da dívida pública dos Estados, a uniformização fiscal, o aumento significativo das transferências financeiras dos países ricos para os pobres – o que requer que a Europa se equipe de um orçamento compatível – e a construção do Estado social a uma escala europeia.

Como explica Van Parijs, o Estado social está organizado a um nível inferior ao da união monetária e do mercado único, isto é, enquanto estes têm escala europeia, aquele funciona a uma escala nacional. Estando as economias dos diferentes países vinculados a uma mesma moeda, quando surgem problemas de competitividade económica, o resultado é o aumento do desemprego, que



Henrique Borges

por sua vez leva ao aumento das despesas públicas e, com isso, ao agravamento da dívida. Ou seja, a uma espiral recessiva que é alimentada pela redução das despesas com saúde, educação e proteção social.

Ação coletiva. A solução passa, segundo Van Parijs, por se organizar o Estado Social a uma escala europeia, financiado pelo orçamento comunitário e não dos Estados, equipado nomeadamente de um rendimento básico comum a todos os europeus, fazendo com que as medidas ditadas por Berlim não lhe sejam indiferentes do ponto de vista financeiro. Ou seja, em linha com o enunciado por Bourdieu, “só um Estado social europeu seria capaz de contrariar a acção desintegradora da economia monetária. [...] capaz de controlar, antecipando-os, os efeitos sociais da união reduzida à sua dimensão puramente monetária, segundo a filosofia neoliberal que entende fazer desaparecer todos os vestígios do Estado (social) como outros tantos obstáculos ao funcionamento harmonioso dos mercados”.

Sem esta (improvável) construção política, a saída da crise por parte dos Estados periféricos, considerando o cenário de permanência no euro, só pode ser com base no empobrecimento de quem vive do seu trabalho, por via da compressão radical dos salários. De nada serve continuarmos à espera da Alemanha, como Penélope esperou por Ulisses em «Homero». O caminho está antes na ação coletiva organizada em todas os níveis (europeu, nacional, local), por parte das forças políticas e sociais progressistas, incluindo alemãs, tendo em vista a construção de um outro compromisso e hegemonia políticos. Como peça-chave coloca-se a construção da “comunidade de destino” de que nos fala Anderson, indo buscar obviamente o conceito a Max Weber, de desenhar um sistema redistributivo que é indiferente às fronteiras e à situação económica dos Estados-membros. Esta luta tem de ser travada lado a lado com uma outra – a da desnaturalização e *desfata*lização do pânico económico e político que nos consome e arruína. Se não formos bem sucedidos, e nada aponta para que sejamos, a Europa não resistirá às tensões sociais e políticas que a dilaceram hoje. E com o seu colapso condenar-se-á à irrelevância e a larga maioria dos europeus a um futuro bem cinzento.

Fernando Bessa Ribeiro
Direção Distrital SPN/Vila Real



UN CONGRESO PARA AVANZAR

Confederación Intersindical Galega-Ensino definiu liñas de actuación para o vindeiro período, centradas na loita contra a LOMCE e no afortalamento da Plataforma Galega en Defensa do Ensino Público.

O día 26 de outubro a CIG-ENSINO celebrou o seu VI Congreso baixo o lema *Por unha Galiza con futuro. Ensino público galego*, congreso que se celebrou só dous días despois unha exitosa greve xeral no ensino na que o conxunto da comunidade educativa (profesorado, alumnado e ANPAs) deron unha resposta contundente á intención do Ministerio de Educación español de aprobar a Lei Orgánica de Mellora da Calidade Educativa (LOMCE), unha lei que de aplicarse vai supor unha volta ao pasado no ensino: dálle unha grande importancia ao papel da relixión no sistema educativo; legaliza a subvención con fondos públicos aos centros de ensino que segregan alumnado, separando nenos de nenas (no caso galego, centros vinculados ao Opus Dei); abre camiño para unha maior privatización do ensino; introduce novas barreiras selectivas aos 16 e aos 18, en forma de exames externos que o alumnado despois de ter aprobado o curso debe superar para ter posibilidade de acceder a estudos de bacharelato ou universitarios; centraliza os contidos e as decisións en Madrid; restrinxe o emprego do idioma galego como vehicular no ensino; e elimina a capacidade que até agora tiña o goberno galego para deseñar parte do seu curriculum en función da realidade de Galiza. Neste congreso, o noso sindicato, ademais de avaliar o traballo desenvolvido ao longo dos últimos catro anos, definiu as liñas de actuación para o vindeiro período, centradas na loita contra a LOMCE, caso de que se poña en marcha, e no afortalamento da Plataforma Galega en Defensa do Ensino Público como instrumento plural do que neste momento forman parte organizacións estudantís, ANPAs, a CIG-ENSINO e outras entidades e que está aberto á integración na mesma de quen queiran traballar de xeito unitario a prol dun ensino público galego.

A Plataforma creada en abril de 2012 ten realizado múltiples actividades de protesta contra a LOMCE (concentracións, palestras, actos lúdicos de rúa, actos culturais e musicais de denuncia, ...) destacando entre eles as manifestacións celebradas o pasado 24 nas que en vilas e cidades de Galiza saíron á rúa máis de 65.000 persoas co berro unánime de *Fronte á LOMCE, Ensino Público Galego*.

Representación portuguesa. Neste congreso contamos unha vez máis como xa é tradición coa presenza solidaria dunha representación do profesorado portugués por medio da Coordinadora do Sindicato dos Profesores do Norte, Manuela Mendonça, e do Secretario Xeral da Federação Nacional dos Professores, Mário Nogueira – unha representación que ademais de estreitar os lazos existentes desde hai xa moitos anos entre a CIG-ENSINO, o SPN e a Fenprof, tivo oportunidade de coñecer de primeira man os debates que neste momento está ter o profesorado galego, uns debates en moitos aspectos moi semellantes aos que está a ter o profesorado portugués: recortes, privatización, desvalorización e ataque á profesión docente, despedimentos, etc. Ataques dos que ambos informaron pormenorizadamente nas súas intervencións diante do plenario congresual.

Como ben dixo Manuela Mendonça, nun apelo a manter a loita, “o neoliberalismo ve na crise unha oportunidade, pero non imos aceptar a regresión en dereitos sociais e políticos que nos queren impoñer” pois, en palabras de Mário Nogueira, “eles poden non deixarnos soñar, mais nós non os imos deixar durmir”.

Duarte Correa
CIG-Ensino

**a pensar propomos
a lutar fazemos
a classe que somos
o SPN que queremos**

1982

2013

SPN

**unidos resistimos
unidos venceremos
unidos construimos
o amanhã que queremos**



Ana Alvim

Em debate no 31º aniversário do SPN

CORRUPÇÃO E CRISE ANTES DO JANTAR

aniversário



Ana Alvim

**“A mensagem
que aqui quero
deixar é que
estamos em crise
por questões de
corrupção e que
há alternativa a
esta austeridade”**

*Paulo Morais na abertura
da conferência-debate que
o Sindicato dos Professores
do Norte promoveu no dia
em que celebrou 31 anos
de existência.*

“Estamos numa situação complicada. A corrupção está na origem da crise e a crise motiva mais corrupção. Há uma narrativa que diz que os portugueses gastaram acima das suas possibilidades e agora são castigados com a austeridade para expiarem os seus pecados. Mas o que os portugueses gastaram representa pouco nesta crise”, defendeu o vice-presidente da associação cívica *Transparência e Integridade*, lembrando que “a corrupção não é um problema recente” e que “o regime organizou-se de forma a incentivar a corrupção”.

De acordo com dados do *Global Corruption Barometer* referentes ao ano transato, 78 por cento dos portugueses dizem que a corrupção piorou em Portugal nos últimos anos e 76% acham ineficaz o combate à corrupção. Paulo Morais mostrou ainda outros indicadores que revelam que Portugal ocupa o 33º lugar no *ranking* da transparência e que, na Europa Ocidental, é o terceiro país mais corrupto, atrás da Grécia e da Itália.

Apesar disso, o também professor da Universidade Lusófona do Porto não vê nenhuma luta contra a corrupção. “Eles entendem por prestígio pagar juros na data certa. Mas apresentar um Estado sério, isso sim, era prestígio nacional”, frisou, exemplificando com vários casos que acabaram por prejudicar o país, que “ainda hoje” está a pagar as dívidas: BPN, Apito Dourado, Euro’2004, Expo’98...

“Para o pagamento da crise, só estão a ser poupados aqueles que a provocaram”, sublinhou num outro passo, considerando que as parcerias público-privadas estão a destruir as Finanças públicas e que a corrupção também ocorre na Administração Local, especialmente na área do Urbanismo, de que foi vereador enquanto vice-presidente da Câmara Municipal do Porto (2002-2005).

Como resolver o problema. Questionado por um dos presentes, Paulo Morais enumerou quatro passos para resolver o problema da corrupção em Portugal: aumento da transparência; simplificação legislativa (“há muitas regras que não se percebem e muitas exceções, e isto acontece porque normalmente as leis são feitas em favor dos grupos económicos”); criação de tribunais especializados; recuperação de ativos em posse dos beneficiários ou cúmplices.

Os cidadãos também podem contribuir, “mantendo a sanidade mental e sendo militantemente sérios”. Por exemplo, “não pedindo baixas quando não estão doentes e não deixar que os outros o façam, não passar à frente nas filas e não permitir que outros o façam, etc.” – “os corruptos são uns, mas outros são cúmplices”, alertou Paulo Morais, enfatizando também as consequências do imobilismo social. “É numa sociedade triste e com medo que a corrupção campeia livremente. Quando os tubarões perceberem que já ninguém tem medo deles, eles fogem, porque são fracos. Quando houver um movimento de censura social, quando os membros da classe política que não combatem a corrupção forem censurados, estaremos perto do início ao combate à corrupção.”

Em jeito de conclusão, o vice-presidente da *Transparência e Integridade* sublinhou que “com o aumento da crise a ganância dos grandes grupos económicos também aumenta”. Por isso, “é preciso tirar privilégios aos poderosos” e que – aludindo ao *Sermão de Santo António aos Peixes*, do padre António Vieira – “os pequenos peixes se organizem e comecem a comer alguma coisa dos peixes grandes”.

O problema é como se gasta. Inserido nas comemorações dos 31 anos do sindicato a conferência-debate teve lugar numa altura em que se discute o Orçamento de Estado para 2014, que, “a concretizar-se, representa um retrocesso”. Neste contexto, a relação entre corrupção e crise ganha “importância acrescida”, referiu Manuela Mendonça na abertura do encontro, lembrando que a proposta orçamental “apresenta cortes brutais em setores essenciais” e que “o Governo prefere uma Escola Pública barata e com poucos recursos”. “O problema não é a falta de dinheiro, mas como se gasta esse dinheiro, que só está ao serviço de alguns”, frisou a coordenadora do SPN.

Maria João Leite
jornalista

SPN31



Paulo Morais
Transparência e Integridade - Associação Cívica

HÁ MUITOS MILIONÁRIOS, E É POR ISSO QUE HÁ CRISE

A crise e a corrupção estão relacionadas?

Claramente. Chegámos à crise em que estamos por via da corrupção na Administração, central e local. A corrupção é como uma constipação: numa pessoa forte, pode ser rapidamente resolvida e a pessoa continua forte; quando uma pessoa está muito débil, a constipação pode matar. Num país débil, a corrupção pode matar o regime democrático.

Essa relação puxa pelo pior do ser humano? Ou seja, a crise leva ao desespero e, eventualmente, a atos menos corretos...

O que acontece é que a classe média está a desaparecer e os pobres estão miseráveis, já não têm dinheiro para comer. E depois há um medo generalizado, nuns casos latente, noutros efetivo: os desempregados têm medo da perspectiva de vida, os que têm emprego têm medo de perder o emprego e muitos dos que trabalham têm medo de chegar ao fim do mês e não receberem... O que leva efetivamente ao desespero, porque as pessoas têm medo de perder a casa, a família, os filhos...

Mas isso é nas classes mais desfavorecidas. Nas classes privilegiadas, a corrupção agrava-se. Recentemente, verificou-se que em Portugal há muitos mais milionários, e é por isso que há crise. Porque o dinheiro desses milionários é, na maioria dos casos, retirado às pessoas que passam as circunstâncias que passam, e muitas estão a viver em situações verdadeiramente miseráveis e indignas – não se pode ter milhares de pessoas no Porto e em Lisboa a pedir malgas de sopa; esse não é o nosso padrão civilizacional.

O facto de ter passado pela política tornou-o mais atento ao fenómeno da corrupção?

É ao contrário. Eu fui para um determinado lugar [vice-presidente da Câmara Municipal do Porto] para tentar implementar o que sempre pensei sobre a importância do combate à corrupção. Preocupo-me com esta matéria desde que tenho consciência política e todos os lugares que fui desempenhando foram sempre no sentido do

combate à corrupção, porque entendo que é o que tem vindo a destruir o país desde sempre.

E na perspectiva do combate à corrupção, a experiência na Câmara Municipal do Porto correu bem?

Eu fui nessa perspectiva de combate. No tempo em que lá estive, correu bem, seguramente. Não houve dia nenhum em que não tenha havido combate aos esquemas que previamente existiam. Quando chegámos, havia um conjunto de promotores imobiliários que dominavam absolutamente o espaço e o território; havia um conjunto de interesses instalados nos bairros sociais e no Urbanismo. E tudo isto foi combatido sistematicamente, sempre com sucesso, maior ou menor, e sempre na vertente e na perspectiva corretas.

Que expectativas tem para o futuro?

Portugal tem condições únicas para as pessoas viverem bem, porque estamos bem posicionados geograficamente, temos bom clima, um território ímpar e ótimas condições humanas e sociais. Temos uma história única e um património cultural que está por explorar. Ou seja, temos todas as condições para sermos um país fantástico e não somos – além de falta de estratégia e de um modelo de gestão adequado, a corrupção tem tomado sempre o poder político, onde há naturalmente negócios enormes que vivem dos recursos de todos nós. Por isso, passei pela política, para combater a corrupção.

Inevitavelmente, acho que vai ter de haver um movimento social que permita a chegada à atividade política de um conjunto de atores efetivamente interessados em combater a corrupção. O que não pode acontecer é todos os atores do regime estarem do mesmo lado, ou serem uma de três coisas: culpados de corrupção, cúmplices ou passivos. Neste momento não há nenhum tipo de luta contra a corrupção. Apesar de os nossos indicadores estarem a decair e sermos os campeões mundiais da depreciação da transparência, não vejo nos atores políticos ninguém minimamente preocupado com isso.

corrupção



Manuela Mendonça
coordenadora do SPN

ESTAMOS AQUI PARA TRAVAR OS COMBATES NECESSÁRIOS

combate

O Sindicato dos Professores do Norte completa 31 anos de existência e de lutas...

São 31 anos de atividade intensa, em defesa dos direitos socioprofissionais dos professores, da Educação e da Escola Pública, justamente três áreas que estão fortemente ameaçadas. E hoje vale a pena lembrar todo o percurso que foi feito, todas as conquistas difíceis que se foram conseguindo aos vários níveis, na garantia do direito à Educação e na construção da democracia. Hoje é tempo de regressão e isso exige de todos muita tenacidade, muita capacidade de resistência. É nestes momentos, em que se acentua o sentimento de insegurança e de medo, que a ação coletiva e a luta sindical são mais necessárias.

O aniversário do SPN é um momento para fazermos o balanço do que está para trás, mas também para perspetivarmos os novos desafios que se nos colocam, numa etapa particularmente difícil na vida dos portugueses em geral, e ainda mais dos trabalhadores da Administração Pública. É, por outro lado, uma oportunidade para deixar uma palavra de estímulo a todos os docentes e reiterar a confiança na nossa capacidade de, coletivamente, continuarmos o que tem sido este percurso de 31 anos.

Este é um momento muito complicado para a classe docente.

É, porque as condições de exercício da profissão se agravaram muito nos últimos anos. Neste início de ano letivo, os professores sentem-se cansados e desanimados, e têm muitas razões para estar descontentes. Hoje, as escolas são espaços de onde os professores querem sair o mais cedo possível, porque as mudanças que nos últimos anos têm sido implementadas vão no sentido de deteriorar as condições de trabalho. Quando se aumenta o número de alunos por turma, quando se retiram apoios educativos aos alunos com mais necessidades... Tudo isso torna o sucesso educativo mais difícil de conseguir e interfere na realização profissional dos

professores – porque o sucesso educativo dos alunos é condição de realização profissional dos professores, ao contrário do que pensa quem acha que os professores não se interessam pelos alunos.

Mas esse sentimento de desânimo tem de ser contrariado, porque, como dizia o professor Paulo Morais, nestes momentos é preciso mais coragem para combater a adversidade, e mais alegria. O combate tem de ter também esta dimensão, porque se nos deixarmos acabrunhar, se nos deixarmos deprimir, não nos mobilizamos nem somos capazes de mobilizar os outros. Portanto, este é também o momento para reganhar energias e, sobretudo, para confiar no coletivo que somos, porque uma pessoa sozinha tem dificuldade em ver uma saída. O movimento sindical em geral tem um papel importante a desempenhar, não só no sentido de denunciar o que está mal, mas também de exigir verdadeiras alternativas. Porque elas existem.

E há sempre a esperança de que as coisas melhorem, assim como confiança e coragem.

Tem de haver! Os sindicatos têm um papel importante a desempenhar na transformação da sociedade; sempre tiveram, mesmo nos momentos mais difíceis, nos contextos mais adversos. E no caso dos sindicatos de professores ainda mais, porque os professores são agentes fundamentais de transformação da sociedade, enquanto educadores e formadores das novas gerações. Portanto, tem de haver algum otimismo, que até é inerente à função pedagógica: acreditar que a educação vale a pena.

O SPN não vai seguramente baixar os braços, nem desanimar, só porque o contexto é difícil. Estamos aqui para travar os combates necessários. Pela dignificação da profissão, mas também pelo direito à Educação, pela democracia e por um país mais justo e mais solidário – valores por que sempre nos batemos e que vão continuar a nortear-nos.



EFEITOS
IMEDIATOS DO

ATAQUE À ESCOLA PÚBLICA

Cursos EFA. O Governo acabou com os cursos EFA nas escolas públicas, com especial reflexo na oferta de dupla certificação, o que contraria todos os programas europeus de desenvolvimento do *Longlife Learning Programme*, com efeitos negativos no incremento das qualificações de adultos, na formação contínua e na atualização das qualificações de ativos. Deixa apenas, como opção às escolas, a constituição de turmas do Ensino Recorrente, que não é procurado fundamentalmente por adultos, mas por jovens que procuram terminar em regime pós-laboral os cursos que não conseguiram terminar de dia. Esta formação é essencialmente académica. Mesmo assim, a abertura de turmas em regime presencial só é permitida com um mínimo de 30 alunos por turma, não podendo haver desistências até ao Natal, se não passa ao regime não presencial. A abertura também só é possível desde que a escola disponha dos recursos docentes necessários.

CNO vs CQEP. Durante o último ano, o CNO teve trabalho redobrado, pois passou a receber adultos dos outros centros que entretanto se viram obrigados a encerrar. No entanto, também foi neste último ano que viu a sua atividade recompensada com a Certificação de Qualidade ISO 9001 e IQNet. A escola viu-se obrigada a terminar os contratos com os três técnicos de diagnóstico, encaminhamento e RVC. Aliás, este foi um dos objetivos principais da decisão de encerramento dos centros. Despedir o pessoal contratado no CNO e, por outro lado, fazer retornar os professores do quadro destacados no CNO aos seus horários, fechando lugares a professores contratados.

A criação do conceito CQEP, metendo no mesmo saco a educação de adultos, a orientação escolar e vocacional de jovens e o acompanhamento de jovens com necessidades educativas especiais, deixou nítidos dois objetivos: recorrer ao quadro de pessoal existente, servindo-se das escolas da componente não letiva, e esvaziamento do apoio financeiro à educação de adultos.

A escola resolveu candidatar-se seguindo o guião do aviso de abertura de candidaturas. Qual não foi o espanto, quando tomámos conhecimento de que a candidatura não tinha sido aprovada. Impedidos de consultar as avaliações feitas no sistema informático, fomos forçados a pedir uma audiência na ANQEP, para tomar conhecimento da avaliação atribuída. A audiência foi-nos concedida às 12h30 do último dia para apresentar alegações, tendo nós que desenvolver várias diligências para que víssemos alargado o prazo para apresentação das mesmas. O des-

pacho previa a aprovação de todas as candidaturas que tivessem 50 pontos ou mais – a nossa tinha 53,5. Na audiência foi-nos dito que tinham decidido internamente considerar as candidaturas a partir de 55 pontos por uma questão de ‘margem de segurança’. A audiência foi uma conversa de surdos, porque nos foi dito logo à partida que estavam ali simplesmente para nos dar conhecimento da avaliação atribuída. Que tínhamos todo o direito de apresentar alegações, mas o trabalho de análise tinha sido rigoroso e objetivo. Verificámos que não tinham reparado na nossa Certificação de Qualidade e IQNet e que nos foi atribuído zero a vários itens perfeitamente identificados e justificados na candidatura. Apresentamos um dossiê de alegações e estamos à espera da resposta.

Cursos profissionais. A propaganda efetuada pelo ministro da Educação antes da abertura do ano letivo sobre o alargamento do Ensino Profissional não passou de uma falácia. Houve orientações dirigidas à delegação do Norte da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, no sentido de obrigar as escolas a diminuírem a sua oferta de cursos profissionais. Os cursos foram agrupados em verdes, amarelos, laranjas e vermelhos, sobretudo para ajudar os serviços a limitarem as ofertas. A divisão foi feita com muita falta de lógica e desconhecimento das realidades. Esta encenação facilmente se desmonta se verificarmos que muitas entidades privadas que oferecem cursos profissionais não estiveram sujeitas a este crivo, assim como as ofertas de formação em alternância do IEFP. A nossa escola apresentou a oferta de oito cursos, devidamente fundamentada, sendo aprovada apenas a oferta de seis. Esta oferta era “excecional”, por termos bastante oferta de cursos e também por isso nos foi permitido ter dois cursos vermelhos.

Paralelamente, e concertadamente, quanto a nós, os centros de emprego alargaram a oferta de cursos de formação em alternância (a tal maravilha do ensino dual importada da Alemanha). Com este fim, os diretores dos centros de emprego passaram a dirigir-se às escolas no sentido de captar alunos e procurar fazer parcerias de cedência de instalações e equipamentos em condições vergonhosas. O diretor do Centro de Emprego da Póvoa de Varzim e Vila do Conde dirigiu-se à nossa escola pois pretendia desenvolver formação profissional de dia. Dissemos que era impossível, pois tínhamos as instalações específicas ocupadas com Ensino Profissional. Além disso, a formação que pretendiam desenvolver era em áreas que estavam a ser desenvolvidas por nós. Não ficou muito convencido e então propôs que ao menos pudesse haver formação em regime pós-laboral para cursos EFA de dupla certificação ou Formações Modulares. Ficamos logo de pé atrás, pois não nos tinha sido permitido a nós oferecer cursos de dupla certificação. Dissemos que tinham de ser discutidas as condições.

Apresentou-nos então uma proposta de parceria que, no fundamental, dizia que os cursos eram organizados pelo Centro de Emprego, os formadores eram escolhidos por eles, a escola cedia as instalações e equipamentos a custo zero e um dos nossos funcionários teria de ir mensalmente ao Porto entregar no IEFP a documentação produzida. Recusamos por considerarmos ser um ultimato e não uma parceria.

Soubemos, entretanto, que estão a desenvolver formação em duas entidades externas, com condições não comparáveis e que pagam por utilizar as instalações. De referir que oferecem aos formadores uma remuneração de 10€/hora.

Diminuição do corpo docente. Todas as medidas referidas em relação ao encerramento dos cursos EFA e dos CNOs, lançamento dos CQEPs e diminuição da oferta de cursos profissionais têm em vista a diminuição do corpo docente das escolas, e consequente perda de vínculos. O mesmo objetivo contribuiu para a colocação do desempenho de todos os cargos na componente não letiva dos professores.

Pessoal não docente. A escola tinha sete pessoas, a desempenhar funções de assistentes operacionais, colocadas ao abrigo do Programa Ocupacional do IEFP. O período definido terminou sem que, entretanto, haja colocação de novas pessoas, apesar dos avisos da escola, que vai gerindo a situação encerrando alguns setores em cada período do dia. Há ainda três alunos de Currículo Específico Individual, com necessidade de acompanhamento constante, que ainda se encontram em casa porque não há quem os acompanhe.

Portaria nº 1.049. São utilizados pesos diferentes no cálculo do pessoal não docente a afetar às escolas conforme estas tenham ensino noturno ou não. Assim se percebe melhor porque foram fechados os cursos EFA e extinto o CNO. Não existindo razão para a escola estar aberta à noite, o pessoal afeto é menor e assim se despacham mais umas pessoas. Resta saber qual será a resposta dos serviços, agora que reunimos as condições para abrir uma turma de Ensino Recorrente em regime presencial.

A portaria prejudica claramente as escolas que oferecem mais e melhores condições serviços, ignorando questões muito concretas:

- o Centro de Formação de Associações de Escolas de Póvoa de Varzim e Vila do Conde funciona na nossa escola. Esta especificidade não está prevista e, portanto, para o cálculo de pessoal é a mesma coisa ter centro ou não ter. Não há assistente técnico administrativo previsto;

- o CNO funcionava na nossa escola e o mesmo acontecerá com o CQEP, se as nossas alegações tiverem provimento. Esta especificidade também não está prevista e, portanto, não há assistente administrativo previsto.

- só estão previstos dois assistentes ocupacionais para instalações específicas de Educação Física, partindo do princípio que cada escola só tem uma instalação. Como a nossa tem ginásio, piscina, pavilhão gimnodesportivo e oito balneários, tem de se aguentar com dois, quando precisaria de seis.

- a portaria não prevê assistentes para apoio a laboratórios científicos. Como temos oito laboratórios, é a mesma coisa que não ter nenhum.

Noel Miranda

*Mesa da Assembleia-Geral do SPN
(subdiretor da Escola Secundária Rocha Peixoto)*

TEATRO BRUTO



De 3 a 14 de dezembro, a companhia Teatro Bruto vai realizar um *Laboratório de Dramaturgia e Criação* no Teatro Carlos Alberto (Porto). O objetivo é criar um objeto original (conferência cénica), tendo como ponto de partida «O filho de mil homens», de Valter Hugo Mãe, cuja encenação vai estrear em março do próximo ano.

Sob a direção de Ana Luena, no laboratório – que envolve o escritor, atores e participantes na criação de um projeto de raiz – é feita uma abordagem à adaptação cénica, num processo que compreende e intercala o trabalho de dramaturgia, adaptação e leitura com exercícios de improvisação, experimentação e composição de cenas teatrais. A participação está sujeita a inscrição e seleção prévias.

+ informações

223 401 956 / www.tnsj.pt



“**LIBERDADE DE EXPRESSÃO**”. Na sede do SPN em Amarante, está patente uma coleção de pinturas a óleo de Silvina Isabel. Residente em Amarante, a artista (e professora) é formada em Desenho e Pintura pela Escola Superior Artística do Porto.

PATXI ANDIÓN



Depois de um concerto único e memorável (promovido pelo SPN por ocasião do seu 10º congresso, em 2000), que assinalou o regresso de Patxi Andión aos palcos, após longos anos de dedicação quase exclusiva à docência universitária, e de um posterior regresso para uma mini-digressão (2009), o autor de “20 aniversário” está de volta a Portugal (Centro Cultural de Belém, no dia 8 de dezembro, e Casa da Música, no dia imediato).

Na bagagem deve trazer o último álbum de originais (*Porvenir*, 2009), onde é provável que permaneçam a elegância formal e o compromisso com o que está ‘por vir’. Compromisso que lhe é reconhecido de ambos os lados da fronteira ibérica, desde que (anos 60-70) a sua voz profunda começou a cantar a resistência, a urgência de liberdade e também o amor.

O cantautor basco nascido em Madrid mantém uma longa amizade com Portugal. Antes do 25 de Abril (e após duas tentativas falhadas, devolvido à fronteira pela PIDE), foi aplaudido por um Coliseu de Lisboa transbordante de emoção. Muitos anos depois, no referido concerto do SPN, foram ainda muitos os que se emocionaram, a par de outros que se entusiasmaram com a descoberta. Agora é tempo de o voltarmos a ‘ouvir’ e de percebermos o que se passou com este catedrático de Sociologia que quis ter tempo para amar a mulher, levar as filhas à escola e continuar a compor sem a urgência de se revelar.

Ele “está aqui”... Talvez seja avisado não o perdermos.

A.B.

SPN/BRAGANÇA



O já habitual passeio organizado pelo SPN/Bragança tem como horizonte o vizinho ibérico. Estremadura (Mérida e Cáceres) e Andaluzia (Sevilha e Jerez de la Frontera) concentram importante património cultural, destacando-se, respetivamente, a herança romana e o flamenco e o *xerez* – nas fotos, o Templo de Diana, em Mérida, e um corpo de baile com Joaquín Cortés.

A partida é no dia 11 de abril, à meia-noite (central de camionagem de Bragança), rumo a Mérida – a capital estremenha tem a particularidade de ter sido também capital da Lusitânia, aquando da ocupação romana. A base da estadia, contudo, será Sevilha (Ilha Cartuxa). O programa prevê visitas guiadas nas quatro cidades e à Adega Pedro Domecq, ao Museu de Arte Romana, uma ceia com flamenco e um cruzeiro noturno no rio Guadalquivir. O regresso é no dia 15, após almoço em Cáceres.

O preço (325 €) inclui transporte em autocarro de grande turismo, alojamento com pequeno-almoço, três almoços e dois jantares, ceia e visitas guiadas. As inscrições estão abertas e a organização garante respeitar a ordem de entrada.

+ informações

273 331 194



FERNANDA VASCONCELOS, EM MEMÓRIA

Foi tão discreta na morte como sempre foi na vida. Disse-nos apenas - a alguns pelo telefone, a outros pessoalmente, mas sempre com uma frontalidade desconcertantemente simples - que estava com um cancro e que agora tinha que tratar disso. E que por isso não ia poder aparecer tanto, nem estar sempre... Mas apareceu, e esteve, quase como se nada de diferente se estivesse a passar. Depois foi fazer a operação, empenhada e determinada como sempre, deixando-nos confiantes e seguros de que tudo só podia correr bem. Mas não correu, e não voltou. Assim, simplesmente, quase sem que tivéssemos dado por nada, como se afinal "o dia da morte tivesse sido apenas mais um dia daquela vida".

Guardamos agora o silêncio desta ausência que ainda nos espanta e dói... Recolhidos na memória grata e muito querida de uma presença sempre disponível, infatigável na paciência com que a todos atendia, recebia e aconselhava. De convicções profundas e inabaláveis, mas sempre transigente com a diferença e com as diferenças, solidária num grau absoluto, militante por natureza sincera e genuína.

Este modo de ser, feito modo de estar, permanece nosso, agora que lhe aprendemos a fragilidade dos dias. Mas é no sentido insondável da soma dos dias que continuamos a tê-la connosco, na certeza do imenso sol de que tanto gostava!

SPN/Departamento de Contencioso

*Dalila Neto, Maria João Silva,
Antero Monteiro, Fernando Silva,
José Miguel Pinho,
Rui Assis e João Baldaia*



CAMARADA

*Eras um fuso
de dignidade
um farol que se manteve
no seu posto até à última vaga*

*E nada te impediu de seres tu
mesma
pela liberdade que alcançaste
em cada dia lado a lado
camaradas no sangue
tecido à luz de um sindicato
de professores de escolas
e de um país
livre para sempre!*

Rafael Tormenta



nesta edição

a abrir

02. **SPN: consulta aos sócios**

editorial

03. **Vexame**

ação sindical

05. **Aos professores e educadores**

06. **Os combates do SPN**

08. **Agenda sindical**

09. **Sobre as rescisões por mútuo acordo**

10. **SPN reúne com diretores**

contencioso

12. **Direito aos direitos**

em foco

15. **Não são estes os cortes de que precisamos**

18. **Segundo resgate ou programa cautelar?**

19. **A Europa e a crise que nos corrói**

internacional

22. **Un congreso para avanzar**

notícias spn

23. **31º aniversário do SPN**

24. **Corrupção e crise antes do jantar**

26. **Há muitos milionários, e é por isso que há crise**

27. **Estamos aqui para travar os combates necessários**

das escolas

28. **Efeitos imediatos do ataque à Escola Pública**

apostas spn

30. **Teatro Bruto | Patxi Andión | SPN/Bragança**

a fechar

31. **Fernanda Vasconcelos, em memória**

